



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2020**

**ARP nº 39 /2020**

**PROCESSO nº 000594-54.2020.6.22.8000 - SEI**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 28/2020.**

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **MAPE COMERCIALIZACAO E REPRESENTACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **05.379.350/0001-24** com sede na Rua Luiz Alberto Dantas, 14 – Parque das Nações – Parnamirim/RN. CEP: 59.158-190. Telefone: (84) 3222-4410 / (84) 98719-2711 e E-mail(s): [maelson\\_rn@hotmail.com](mailto:maelson_rn@hotmail.com), [mape.rn@hotmail.com](mailto:mape.rn@hotmail.com), neste ato representada pelo **MAELSON PINHEIRO ARAÚJO**, brasileiro, portador do RG nº. **1.892.711 - ITEP/RN** e CPF nº. **037.122.694-55**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

**1. Órgãos partícipes:**

ÓRGÃO:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Primavera
SIGLA DO ÓRGÃO	<b>IFMT / PDL</b>
CNPJ	10.784.782/0013-94
UASG:	158970
ENDEREÇO:	Av. Dom Aquino, nº 1.500 – Parque Eldorado – Primavera do Leste/MT – CEP: 78

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

RESPONSÁVEL:	Dênis Alvares da Silva – Coordenador de Compras
TELEFONE:	(66) 3500-2907
E-MAIL:	<a href="mailto:denis.silva@pdl.ifmt.edu.br">denis.silva@pdl.ifmt.edu.br</a>

ÓRGÃO:	26414 - INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO
SIGLA DO ÓRGÃO	<b>IFMT/LRV</b>
CNPJ	10.784.782/0001-50
UASG:	158144 - INST. FED. EDUC., CIÊNCIA E TECNOL. MT / REITORIA
ENDEREÇO:	Av. Senador Filinto Muller, nº 953, Edifício Maria Altina, Bairro Quilombo, Cuiabá/MT - CEP: 78.043-400
RESPONSÁVEL:	Tulio Marcel Rufino de Vasconcelos Figueiredo Pró - Reitor de Administração
TELEFONE:	(65) 3616 - 4100
E-MAIL:	<a href="mailto:tulio.figueiredo@ifmt.edu.br">tulio.figueiredo@ifmt.edu.br</a>

ÓRGÃO:	Instituto Federal de Mato Grosso- Campus Várzea Grande.
SIGLA DO ÓRGÃO	<b>IFMT/VG</b>
CNPJ	10.784.782.0014-75
UASG:	158971
ENDEREÇO:	Av. Tiradentes, Nº 1.300, Loteamento Jardim Manaíra, Bairro Petrópolis, Várzea Grande, MT - CEP: 78.144-424.
RESPONSÁVEL:	ADENILSON RIBEIRO FRANCISCO
TELEFONE:	(65) 3691-8010 (65) 98104-1375
E-MAIL:	<a href="mailto:adenilson.francisco@vgd.ifmt.edu.br">adenilson.francisco@vgd.ifmt.edu.br</a>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ÓRGÃO:	SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA Rodoviária Federal em Rondônia
SIGLA DO ÓRGÃO	<b>SPRF-RO</b>
CNPJ	00.394.494/0127-38
UASG:	200131
ENDEREÇO:	AVENIDA PINHEIRO MACHADO, Nº 1276, CENTRO, 76801-128, PORTO VELHO
RESPONSÁVEL:	GILSON ALVES DE OLIVEIRA (REPRESENTANTE LEGAL)
TELEFONE:	(69) 3121-7816
E-MAIL:	<a href="mailto:gab.ro@prf.gov.br">gab.ro@prf.gov.br</a> , <a href="mailto:sad.ro@prf.gov.br">sad.ro@prf.gov.br</a>

ÓRGÃO:	HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO
SIGLA DO ÓRGÃO	<b>HGuPV</b>
CNPJ	09.552.435/0001-13
UASG:	160351
ENDEREÇO:	Rua Rui Barbosa, 409, Centro, Porto Velho, RO, CEP 76801-010.
RESPONSÁVEL:	LISSANDRO ANONY FORTES - 2º Tenente
TELEFONE:	(69) 32184806
E-MAIL:	<a href="mailto:almoxarife@hgupv.eb.mil.br">almoxarife@hgupv.eb.mil.br</a>

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da RP	DESCRIÇÃO	Unid.	Vlr Unit. R\$	01 TRE - RO	02 IFM T/ PDL	04 IFM T/ LRV	05 IFM T/ VG	06 DPR F- RO	Quant Total	Vlr Total R\$
01	<b>Item 04 do Edital.</b>	Unid	417,89	10	05	04	03	14	36	15.044,04

MICROFONE								
<p>·</p> <p>MICROFONE SEM FIO, duplo, com as seguintes características mínimas:</p> <p>Maleta contendo dois microfones cada e seus acessórios, contendo Microfone Dinâmico; padrão polar cardioide; função “MUTE”; Faixa de frequência: 730 – 806 MHz; Frequência Fixa; Resposta de áudio: 40Hz – 20KHz (±3db); Faixa dinâmica: 90db; Sistema de transmissão UHF; Alcance de 50 metros entre receptor e transmissor; fonte bivolt com seletor automático (110-240v); Alimentação com 2 Pilhas AA 1.5V e duração aproximada de</p>								



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8 horas. Garantia mínima de 12(doze) meses e assistência técnica em Porto Velho. Marca/Modelo de referência : Lyco/UH02M M. Marca: LYCO.									
Valor do item 01 desta ARP, R\$									15.044,04

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid .	Vlr Unit. R\$	TRE -RO	02 IFM T PDL	04 IFM T LRV	06 DPRF - RO	Quant Total	Vlr Total R\$
02	<p><b>Item 05 do Edital.</b> MICROFONE. MICROFONE SEM FIO, simples, com as seguintes especificações técnicas: Frequência disponível aproximada de 558Mhz a 570Mhz; Distância de operação (em condições ideais)de aproximadament e 20 metros / modo HI power de aproximadament e 80 metros;</p>	Unid	419,98	10	05	04	04	23	9.659,54



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>Faixa de frequência aproximada de de 50 Hz a 15 kHz (depende do tipo do microfone); Duração da bateria de até 10 horas com 2 pilhas AA; Faixa dinâmica aproximada de &gt;90dB; mínimo de 6 Canais selecionáveis; 4 Sistemas compatíveis; 1 saída de áudio P-2; 1 saída de áudio XLR; Botão on/off; Nível de entrada de áudio: - 20dBV; Impedância de entrada aproximada de 22KOhms; Peso: 1,50 kg; Garantia mínima de 12(doze) meses. Marca: LYCO.</p>								
Valor do Item 02 desta ARP, R\$									9.659,54

Item Da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Vlr Unit. R\$	01 TRE-RO	02 IFMT/PDL	04 IFMT/VG	D
	<p><b>Item 06 do Edital.</b> MICROFONE. MICROFONE DE MESA, tipo Gooseneck (pescoço de ganso) com Phantom Power , com as seguintes especificações mínimas: Cápsula de condensador eletreto; Haste flexível e removível com no mínimo de 60cm; Suporte móvel para mesa;Saída com</p>						

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03	conexão tipo XLR;Sistema com Led próxima à cápsula, que acende para chamar a atenção que o microfone está acionado;;Alimentação Phantom Power e através de pilhas/bateiras, para utilização em canais/mesas de som com ou sem Phantom Power;Peso mínimo do conjunto cápsula, haste e suporte: 1Kg (para dar boa sustentação ao conjunto, evitando que o microfone tombe ao menor movimento do cabo);Cabo: cada microfone deverá acompanhar 1 cabo XLR macho / XLR fêmea com no mínimo 5 metros de comprimento; Acessórios: o fornecedor deverá fornecer todos os acessórios e/ou softwares que acompanhem o produto conforme manual de instruções do fabricante. Garantia mínima de 12(doze) meses. Marca/Modelo de referência: TSI/MMF-303. Marca: TSI.	Unid	549,00	10	05	20	0
Valor do item 03 desta ARP, R\$							
<b>Valor total da ARP, R\$</b>							

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias consecutivos, contados da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. No TRE-RO, todos os materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 8h às 18h, na Seção de Patrimônio no Edifício Anexo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia localizado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP: 76.805-859. Telefone para agendamento: (069) 3211-2013.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, a Gestão e Fiscalização do contrato serão realizadas pelo titular da Seção de Patrimônio - SEPAT, ou por quem suas vezes fizerem, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. No anexo I deste instrumento consta(m) a(s) empresa(s) componente(s) do cadastro reserva para item(ns) desta ARP (art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013).

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 08 de setembro de 2020.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	<b>MAELSON PINHEIRO ARAÚJO</b> Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 Testemunha

**ANEXO I**

**ARP nº 39 /2020**

**PROCESSO nº 000594-54.2020.6.22.8000 - SEI**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 28/2020.**

**FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em obediência ao disposto no art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013, segue, abaixo, relação dos licitantes remanescentes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o(s) item(ns) a seguir indicados, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoante registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de Formação de Cadastro Reserva respectiva, a qual se encontra juntada no Processo Administrativo referido, a seguir detalhado:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR QUE ADERIU AO CADASTRO RESERVA DESTE CERTAME
01	<b>Item 04 do Edital.</b> MICROFONE. MICROFONE SEM FIO, duplo, com as seguintes características mínimas: Maleta contendo dois microfones cada e seus acessórios, contendo Microfone Dinâmico; padrão polar cardioide; função “MUTE”; Faixa de frequência: 730 – 806 MHz; Frequência Fixa; Resposta de áudio: 40Hz – 20KHz ( $\pm 3$ db); Faixa dinâmica: 90db; Sistema de transmissão UHF; Alcance de 50 metros entre receptor e transmissor; fonte bivolt com seletor automático (110-240v); Alimentação com 2 Pilhas AA 1.5V e duração aproximada de 8 horas. Garantia mínima de 12(doze) meses e assistência técnica em Porto Velho. Marca/Modelo de referência : Lyco/UH02MM. Marca: LYCO.	<b>V. E K. PALOMBO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.</b> <b>CNPJ: 16.807.046/0001-57</b>
02	<b>Item 05 do Edital.</b> MICROFONE. MICROFONE SEM FIO, simples, com as seguintes especificações técnicas: Frequência disponível aproximada de 558Mhz a 570Mhz; Distância de operação (em condições ideais) de aproximadamente 20 metros / modo HI power de aproximadamente 80 metros; Faixa	<b>V. E K. PALOMBO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.</b> <b>CNPJ: 16.807.046/0001-57</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	de frequência aproximada de de 50 Hz a 15 kHz (depende do tipo do microfone); Duração da bateria de até 10 horas com 2 pilhas AA; Faixa dinâmica aproximada de >90dB; mínimo de 6 Canais selecionáveis; 4 Sistemas compatíveis; 1 saída de áudio P-2; 1 saída de áudio XLR; Botão on/off; Nível de entrada de áudio: -20dBV; Impedância de entrada aproximada de 22KOhms; Peso: 1,50 kg; Garantia mínima de 12(doze) meses. Marca: LYCO.	
--	--	--



Documento assinado eletronicamente por **MAELSON PINHEIRO ARAÚJO**, Usuário Externo, em 08/09/2020, às 20:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral, em 08/09/2020, às 22:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 09/09/2020, às 10:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, Chefe de Seção, em 09/09/2020, às 12:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000594-54.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 28/2020 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – eventual aquisição de material permanentes. - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 176 / 2020 - PRES/DG/AJDG**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Patrimônio-SEPAT, com o objetivo de eventual **aquisição de material permanente**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades deste Tribunal, durante o exercício 2020 e 2021.

**02.** Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0557314](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 135/2020 - PRES/DG/AJDG ([0559850](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 28/2020 ([0560178](#)).

**03.** Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados nos eventos [0560195](#) e [0561087](#).

**04.** Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital.

**05.** Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

**a)** Relatório de propostas ([0565404](#));

**b)** Propostas e declarações das licitantes KMLR PINHEIRO, CNPJ nº 12.555.875/0001-39, para o item 1 ([0565405](#)); BID COMERCIAL ELETRO EIRELI, CNPJ nº 35.841.294/0001-69, itens 02, 07 e 19 ([0565406](#)), REI TECH – EIRELI, CNPJ nº 16.778.654/0001-80, para o item 03 ([0565411](#)), MAPE COMERCIALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 05.379.350/0001-24, para o itens 04 e 06 ([0565414](#)), ATLANTA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA – EPP, CNPJ nº 84.558.634/0001-54, para o item 5 ([0565417](#)), CAROLINA KOZAR DOS SNATOS 11610141954 – MEI, CNPJ nº 32.314.972/0001-47 ([0565419](#)), CINEFLEX INDÚSTRIA DE PRODUTOS VISUAIS EIRELI – EPP, CNPJ nº 10.776.858/0001-04, para o item 9 ([0565420](#)), LAB VISION – COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA, CNPJ nº 35.257.762/0001-63, para os item 10 ([0565421](#)), J. L. DO B. GUIMARAES – JBX PRODUTOS EIRELI ME, CNPJ nº 15.733.417/0001-30, para o item 11



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0565423](#)), DF ELETROTECNICA COMERCIO MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS EIRELI, CNPJ nº 31.170.338/0001-15, para o itens 13 e 14 ([0565424](#)) e ERICA DE FATIMA GENTIL, CNPJ nº 36.656.877/0001-82, para o itens 15 e 16 ([0565425](#));

c) Solicitação nº 95/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0565426](#)), requisitando manifestação técnica quanto à aceitabilidade das propostas para os itens 1 a 16 e 19, bem como sua respectiva resposta na Manifestação nº 05/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0548844](#));

d) Propostas e declarações da licitante MATEC IMPORTADO AV IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ nº 03.598.410/0001-740, para o item 08 ([0567634](#));

e) Solicitação nº 100/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0567636](#)), requisitando manifestação técnica quanto à aceitabilidade das propostas feitas aos itens 05, 06, 08 e 14, bem como sua respectiva resposta na Manifestações nº 6/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/ SEPAT (0568356) e nº 7/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/ SEPAT ([0568452](#)) e na Informação nº 136/2020 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0568770](#)); e

f) documentos de habilitação das empresas BID COMERCIAL ELETRO EIRELI para itens 2, 7 e 19 ([0571426](#)), CINEFLEX INDUSTRIA DE PRODUTOS VISUAIS EIRELI para item 9 ([0571427](#)) DF ELETROTECNICA COMERCIO MANUTENCAO E LOCACAO DE EQUIP para item 13 ([0571430](#)), ERICA DE FATIMA GENTIL para itens 15 e 16 ([0571432](#)), J.L. DO B. GUIMARAES - JBX PRODUTOS EIRELI ME para item 11([0571433](#)), K.M.L.R. PINHEIRO INFORMATICA para item 1 ([0571434](#)), LAB VISION - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA para item 10 ([0571436](#)), MAPE COMERCIALIZACAO E



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

REPRESENTACAO LTDA para itens 4, 5 e 6 ([0571437](#)) MATEC AV IMPORTACAO, EXPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO para item 8 ([0571438](#)) e REI TECH – EIRELI para o item 3 ([0571439](#)).

**06.** Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0571444](#)), Resultado por Fornecedor ([0571446](#)), Termo de Adjudicação ([0571448](#)), Resultado de Licitação publicado ([0572953](#)).

**07.** Por fim, em seu Relatório nº 50/2020 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0571456](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

**08.** Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0572955](#)). **É o breve e necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2020**

**09.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0561087](#)).

**10.** Na publicação do aviso ([0560195](#)), consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

**11.** Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:** Não houve;

**b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** Não houve;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**c) Lances:** Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0565404](#)) e na ata do certame ([0571444](#)). Não houve recusa de lances;

**d) Fase de negociação/aceitação:** Todas as ocorrências foram registradas subitem 5.3 do Relatório nº 50/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0571456](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

**e) Cancelados na aceitação:** Sim. Os 12, 14, 17 e 18 restaram fracassados;

**f) Item deserto:** Não houve;

**g) Fase de Habilitação:** As empresas BID COMERCIAL ELETRO EIRELI (itens 2, 7 e 19 - [0571426](#)), CINEFLEX INDUSTRIA DE PRODUTOS VISUAIS EIRELI (item 9 - [0571427](#)), DF ELETROTECNICA COMERCIO MANUTENCAO E LOCACAO DE EQUIP (item 13 - [0571430](#)), ERICA DE FATIMA GENTIL (itens 15 e 16 - [0571432](#)), J.L. DO B. GUIMARAES - JBX PRODUTOS EIRELI ME (item 11 - [0571433](#)), K.M.L.R. PINHEIRO INFORMATICA (item 1 - [0571434](#)), LAB VISION - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA (item 10 - [0571436](#)), MAPE COMERCIALIZACAO E REPRESENTACAO LTDA (itens 4, 5 e 6 - [0571437](#)), MATEC AV IMPORTACAO, EXPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO (item 8 - [0571438](#)), REI TECH – EIRELI (item 3 - [0571439](#)) atenderam os requisitos habilitatórios, consoante documentação acostadas ao feito, e foram habilitadas.

O pregoeiro registro, no seu relatório, que, ao consultar o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, verificou o vencimento da regularidade fiscal municipal da licitante MAPE COMERCIALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA., Contudo, não inabilitou a referida empresa,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

uma vez que o objeto trata de fornecimento, logo passível de tributação estadual (art. 155, II, CF).

Neste ponto, não se observar qualquer irregularidade no posicionamento tomado pelo pregoeiro. Ele está condizente com a previsão do art. 4º, XIII, da Lei nº 10.520/2002, no qual dispõe que a situação regular perante as Fazendas Estadual e Municipal só será exigida quando for o caso. A hipótese referida pela lei é que a regularidade a ser constada será à aquela relativa ao tributo que incide no objeto e referente ao domicílio/sede do licitante, nos termos do art. 193, da Lei nº 5.172/1966 – Código Tributário Nacional.

Além disso, está observando o princípio da razoabilidade e da universalidade, compatibilizando-o com o art. 37, inc. XXI, da CF, que restringe os requisitos de habilitação às exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

a regularidade a ser verificada será àquela relativa ao tributo que incide no objeto e referente ao domicílio/sede do licitante.

**h) Recursos:** Não houve intenção de recurso.

**12.** Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

**13.** É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0571444](#)).

**14. Destarte,** evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15.** Pois bem, os **itens 12, 14, 17 e 18 restaram fracassados**, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

**16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame.** Nesse caso específico a SEPAT deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma analisaremos a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.**

**17.** De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

**18.** Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas.**

**19.** O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que **“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”** ou, ainda, aquele que **“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

**20.** A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa fundamentada no inciso V, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra Direito Administrativo





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Brasileiro, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em Direito Administrativo, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

**21.** Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

**22.** Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

**23.** Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

**24.** Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

### **III - DA CONCLUSÃO**

**25. Ante o exposto,** e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0571448**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

**26.** Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

**27.** Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

À consideração da autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 28/08/2020, às 18:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 28/08/2020, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000594-54.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Aquisição de material permanente, via Sistema de Registro de Preço. Homologação de Pregão Eletrônico n. 28/2020.

**DESPACHO Nº 1340 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Patrimônio - SEPAT, com o objetivo de adquirir material permanente, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades deste Tribunal, durante os exercícios 2020 e 2021.

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 28/2020 ([0560178](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0571444](#)), o Resultado por Fornecedor ([0571446](#)), Relatório nº 50/2020 ([0571456](#)), Resultado de Licitação ([0548396](#)), Termo de Adjudicação ([0571448](#)) e Resultado de Licitação publicado ([0572953](#)).

Não houve pedido de esclarecimentos, impugnação ou intenção de recurso.

Os 12, 14, 17 e 18 restaram fracassados, pois os licitantes apresentaram valor da proposta acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 03.598.410/0001-74 - MATEC AV IMPORTAC AO, EXPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO, item 8, valor R\$ 19.845,00 (dezenove mil oitocentos e quarenta e cinco reais); 05.379.350/0001-24 - MAPE COMERCIALIZACAO E REPRESENTACAO LTDA, itens 4, 5 e 6, valor R\$ 49.957,58 (quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos); 10.776.858/0001-04 - CINEFLEX INDUSTRIA DE PRODUTOS VISUAIS EIRELI, item 9, valor R\$ 20.130,00 (vinte mil cento e trinta reais); 12.555.875/0001-39 - K.M.L.R. PINHEIRO INFORMATICA, item 1, valor R\$ 46.859,00 (quarenta e seis mil oitocentos e cinquenta e nove reais); 15.733.417/0001-30 - J.L. DO B. GUIMARAES - JBX PRODUTOS EIRELI ME, item 11, valor R\$ 35.572,23 (trinta e cinco mil quinhentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos); 16.778.654/0001-80 - REI TECH - EIRELI, item 3, valor R\$ 47.393,28



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(quarenta e sete mil trezentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos); 31.170.338/0001-15 - DF ELETROTECNICA COMERCIO MANUTENCAO E LOCACAO DE EQUIP, item 13, valor R\$ 15.888,00 (quinze mil oitocentos e oitenta e oito reais); 35.257.760/0001-63 - LAB VISION - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA, item 10, valor R\$ 11.880,00 (onze mil oitocentos e oitenta reais); 35.841.294/0001-69 - BID CO M E R C I A L ELETRO EIRELI, itens 2, 7 e 19, valor R\$ 76.238,30 (setenta e seis mil duzentos e trinta e oito reais e trinta centavos); 36.656.877/0001-82 - ERICA DE FATIMA GENTIL, itens 15 e 16, valor R\$ 26.970,00 (vinte e seis mil novecentos e setenta reais). Valor total R\$ 350.733,39 (trezentos e cinquenta mil setecentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos). Superada a etapa recursal, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras.

Mediante o Parecer Jurídico nº 176/2020 ([0577710](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0571448](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar a repetição do certame, se não acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Por fim, recomendou que se investigasse as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0571444](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretora-geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 28/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0571448](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À SEPAT para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 12, 14, 17 e 18, com base no art. 24, V, da Lei



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº 8.666/93, demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame ou pela realização de novo certame para aquisição futura, atentando para a recomendação contida no item 27 do Parecer Jurídico nº 176/2020.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 31/08/2020, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.